

Violência doméstica contra a mulher: abordagens de gênero na escola

Janier Rodrigue da Silva*
Luis Carlos Marques Sousa**

RESUMO

O presente estudo analisou as concepções dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental sobre violência doméstica contra a mulher e sua relação com a educação escolar. A pesquisa, de natureza qualitativa, foi realizada em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Camaragibe/PE, cidade localizada em região de desenvolvimento com índice elevado de violência contra a mulher. Os dados coletados foram analisados em seu conteúdo, revelando que os docentes compreendem o fenômeno como algo constituído culturalmente, prejudicial para o ensino e aprendizagem das crianças e que a escola, enquanto instrumento de formação, se faz relevante para a atuação em prol de seu enfrentamento.

Palavras-chave: Violência doméstica contra a mulher. Concepção docente. Educação escolar.

Introdução

As dimensões sociais e políticas da violência doméstica contra a mulher são reveladas por diversas áreas de estudos como um construto histórico expandido nas subjetividades do ato violento. Tal fenômeno se manteve na invisibilidade na maior parte do tempo, mas suas conseqüências demandaram da sociedade um olhar diferenciado no que tange a violação dos direitos humanos, em especial os da mulher.

Sendo assim, há a necessidade de articulação entre diversas áreas sociais como saúde, justiça, educação, entre outras, para uma ação conjunta em prol do enfrentamento da problemática social aqui apresentada.

* Concluinte de Pedagogia – Centro de Educação – UFPE. nier.rodsil@hotmail.com

** Professor Doutor - Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional/DAEPE - Centro de Educação – UFPE. lulakarlos2010@yahoo.com.br

Desse modo, a rede de atendimento à mulher, em momento de ampliação e fortalecimento, conta com a escola como uma das instituições relevantes para a luta por uma sociedade mais igualitária e justa entre os gêneros, mediante a possibilidade de desconstrução de culturas machistas que favorecem a perpetuação da sobreposição do gênero masculino ao feminino.

Diante disso, esse trabalho traz o resultado do estudo que objetivou a análise das concepções dos(as) professores(as) dos anos iniciais do Ensino Fundamental sobre violência doméstica contra a mulher e sua relação com educação escolar.

O despertar do interesse para investigar tal objeto de estudo partiu da experiência profissional da pesquisadora durante atendimento às famílias cujos casos de violência doméstica contra a mulher estão em alta complexidade. Nesse período, foi observado o convívio de crianças com idades entre cinco e nove anos e identificado alguns indícios de que a violência doméstica contra a mulher, para elas, se fazia algo bastante “natural”.

Assim, como as crianças dentro da faixa etária citada estão em época de formação escolar, coube procurar saber como os professores que acompanham essa etapa do desenvolvimento das crianças na escola compreendem a problemática social da violência doméstica contra a mulher e suas possíveis causas, além de qual tipo de relação estabelecem entre o fenômeno em questão e educação escolar.

Para a realização do trabalho, optamos pela pesquisa empírica que oferece possibilidade de maior concretude às argumentações, por mais tênue que possa ser a base fatural (DEMO, 1994, p. 37). O campo de investigação foi uma das escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de Camaragibe/PE, município integrante da Região Metropolitana de Recife – RMR onde o índice de violência doméstica contra a mulher é mais elevado em comparação às demais Regiões de Desenvolvimento – RD do estado de Pernambuco. De acordo com o Anuário de Criminalidade publicado pela Secretaria de Defesa Social, as estatísticas dos Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI, segundo o sexo, referente ao ano 2013, revelam que as mortes de mulheres na RMR representam aproximadamente 71% do somatório de todo o interior do estado. Dos quinze municípios componentes da referida região, Camaragibe está em sexta colocação em número de mortes de mulheres, empatado com Ipojuca,

ficando atrás apenas de Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Olinda e Paulista que sem mantêm na liderança de tais índices.

A abordagem de natureza qualitativa nos permitiu desvelar os dados ao passo em que foram se definindo as categorias para a interpretação destes. Como instrumento de coleta de dados, optou-se pela entrevista direta a fim de obter informações através de conversação a respeito do assunto (MARCONI e LAKATOS, 2003). Para tal, foi elaborado um roteiro norteador de cinco questões impulsionadoras das falas. No decorrer da aplicação, algumas questões foram reformuladas ou complementadas para esclarecer respostas que deixavam margens para dúvida interpretação.

Após realizarmos a primeira entrevista solicitamos outros nomes de profissionais que tivessem algo a dizer sobre as questões apresentadas. Algo que se sucedeu junto aos demais voluntários, que se apresentaram satisfeitos em participar do estudo. Das vezes que tentamos sensibilizar professoras que não foram apontadas pelas colegas, recebemos respostas negativas mediante alegações diversas, entre elas a de que não se sentiam confortáveis para conceder entrevistas ou não haver tempo para tal. No entanto, ao reencontrarmos pelos corredores aquelas profissionais com que já havíamos estabelecido diálogo, pudemos constatar que as indicações feitas por elas eram de profissionais reconhecidos pela sua atuação escolar, algo que nos incentivou aguardá-los.

De posse do material coletado, iniciamos o tratamento dos dados, quando as relações entre as variáveis foram estabelecidas (GIL, 2002), efetivando-se na análise de conteúdo categorial (BARDIN, 1988) a qual foi submetido o material discursivo. Vale salientar que, um dos fatores contribuintes para o processo de inferência junto ao material coletado se deu pelo fato da pesquisadora ter experiência profissional em organismo de atendimento à mulher.

Com a finalidade de preservar as identidades das pessoas entrevistadas, todas foram renomeadas por pseudônimos. Decidimos chamar as professoras de Júlia, Carlota, Cristina e Maristela, sendo as três primeiras em homenagem a algumas das mulheres que se destacaram na sociedade por seus pioneirismos em cargos políticos no Brasil e atuarem em prol da luta pela garantia dos direitos da mulher, já a última por ser uma das vítimas fatais da

violência doméstica praticada contra a mulher. São elas: Júlia Santiago¹, Carlota de Queirós², Cristina Tavares³ e Maristela Just⁴, Quanto ao professor, preferimos o chamar de José em contraposição a Maria que é um nome bastante comum às mulheres e intitula a Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha.

Para dialogar com o campo empírico consideramos as ideias de Bárbara Soares (2006), Heleieth Saffioti (2004, 2001, 1999), Joan Scott (1995), Maria Filomena Gregori (1993, 1989) e Marilena Chauí (1985), pela forma de conceituarem a violência, como abordam as questões de gênero e avançam na discussão sobre violência doméstica contra a mulher nas perspectivas sociológicas e antropológicas. Tais pensamentos contribuíram consideravelmente para a análise dos dados.

Ainda, consideramos Christian Baudelot (2004) ao discutir questões de desigualdades entre homens e mulheres no que tange o processo de qualificação e inserção no mercado de trabalho. Além disso, consultamos documentos oficiais, a exemplo da Política Pública para Mulher (BRASIL, 2007) e produções literárias publicadas pela Secretaria da Mulher do estado de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2011), com objetivo de nos situarmos das ações do Poder Público em relação ao enfrentamento da problemática em questão. Apresentamos, também, um breve levantamento de informações sobre as estatísticas de violência contra a mulher no território nacional e estadual por considerarmos relevante para compor o diálogo com o material encontrado em campo.

Para discutirmos sobre questões relacionadas à Educação Escolar, buscamos autores que refletissem sobre a complexidade da atuação docente e o que envolve o exercício da profissão. Desse modo, optamos pelos pensamentos de Freire (2007), Tardif e Lessard (2008) mediante suas concepções sobre o papel do professor no acompanhamento do

¹ Primeira vereadora do Recife, eleita em 1947. Conhecida por propor a diferença dos tempos de serviço para homens e mulheres, sob alegação de que a mulher tem dupla jornada com as atividades em casa.

² Primeira mulher a ser eleita no Brasil, como deputada federa pelo estado de São Paulo, em 1933. Fez a voz feminina ser ouvida no Congresso Nacional. Foi professora do jardim da infância por dez anos.

³ Relevante trajetória política. Autora de projetos em prol dos direitos da mulher, inclusive em relação ao enfrentamento da violência contra a mulher, apesar de não se dizer feminista.

⁴ Morta pelo companheiro, em 1989, quando tinha 25 anos de idade. O agressor, apesar de condenado pelo crime, passou mais de duas décadas foragido.

desenvolvimento dos alunos e o que lhe é exigido para a realização de seu trabalho. Ainda, encontramos diretrizes na legislação educacional brasileira (Lei 9.394/96 que fundamentam a atuação da escola no que se refere à realidade social dos indivíduos. Também, trazemos exemplos de ações que já contemplam o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher nos espaços escolares.

Diante dos dados tratados e analisados, montamos um quadro com informações dos sujeitos da pesquisa e contextualizamos suas concepções sobre a violência doméstica contra a mulher. Em seguida, dissertamos sobre as possíveis causas da problemática em questão, nas concepções dos professores, iniciando a apresentação da análise realizada em diálogo com o referencial teórico. Da mesma forma, há uma explanação de como os profissionais estabelecem relação entre o fenômeno social aqui tratado e a educação escolar. Feitas as considerações finais, mostramos o resultado obtido através do estudo.

Salientamos que, diante da extensão do termo Violência Doméstica Contra a Mulher, utilizaremos algumas vezes a sigla VDCM para representá-lo, a fim de facilitar a leitura.

Violência doméstica contra a mulher – VDCM

Faz-se necessário refletir sobre diversos aspectos da violência, pois “ela é localizada em tudo quanto reduza um sujeito à condição de objeto” (CHAUI, 2004). De acordo com a autora, fundamentalmente, a violência é percebida como

exercício da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao ser ou contra sua própria vontade. Por meio da força e da ação psíquica, obriga-se alguém a fazer algo contrário a si, aos seus interesses e desejos, ao seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis, como a morte, a loucura, a auto-agressão ou a agressão aos outros. (2004. p 308)

Sendo assim, observam-se diversas formas de manifestação de violência e algumas características levam a traçar perfis de grupos sociais mais vulneráveis e passíveis de sofrê-la, como são os casos da criança, pessoa

idosas e da mulher. Estes, por sua vez, representam considerável parte da sociedade a se enquadrar nos casos de violência doméstica e familiar.

Destacaremos aqui a violência doméstica praticada contra a mulher mediante a constatação de que, “surpreendentemente, no espaço doméstico e familiar, que deveria ser de acolhimento e proteção, é onde ocorre a maioria dos atos de violência contra a mulher” (PERNAMBUCO, Secretaria da Mulher, 2011).

Ressaltamos que, a VDCM se manifesta dentro de uma repetição se configurando num ciclo vicioso - surge de um momento de tensão, desencadeia-se, até chegar ou não ao ápice da agressão física, seguida de um momento de apaziguamento, se reiniciando noutras ocasiões. Esse tipo de violência teria bases na questão da desigualdade de gênero – sociedade organizada a partir da diferenciação de papéis entre os sexos, que sobrepõe o homem à mulher (Ibid, 2011).

Há, portanto, o questionamento se as diferenças entre os homens e as mulheres são restritas apenas ao aspecto biológico. Daí, empregar o termo gênero possibilita a abrangência da reflexão sobre as diferenças entre ser homem ou ser mulher na sociedade como algo decorrente da construção social da realidade. No entanto, para Joan Scott (1988), o gênero seria um campo primário no qual ou através do qual o poder é articulado, não restrito a um elemento constitutivo das relações sociais baseado em diferenças percebidas entre os sexos.

Um exemplo do que seria resultado da relação de poder entre homens e mulheres é o fato da mulher ter sido privada do direito à educação ao longo da história. Haja vista que, a construção de conhecimento e o acesso à educação prolongada contribuem para a autonomia dos sujeitos. Nos estudos realizados na França por Baudelot (2004) se revela que só há poucas décadas a tendência de qualificações e emprego para homens e mulheres passou a caminhar em direção e ritmo semelhantes e mais marcantes. Porém, os fatores de desequilíbrio permanecem, pois, mesmo qualificadas, as mulheres não obtêm as vantagens desejadas. Os cargos de nível superior são preenchidos por homens e as mulheres optam pelos que são incompatíveis com suas qualificações.

Vale dizer que, os cargos assumidos por mulheres geralmente são aqueles que não são de interesse da classe masculina como pode ser observado no elevado quantitativo de mulheres atuantes nas áreas da educação e assistência social, por exemplo. As funções nestes setores estão geralmente associadas à questão do cuidado, algo designado socialmente como sendo de responsabilidade da mulher. Percebe-se, também, que para a mulher chegar a uma posição de poder e nela se manter acaba por desenvolver posturas semelhantes às dos homens que se mantiveram historicamente nas lideranças em diversos grupos sociais. Assim, a sociedade acaba cobrando da pessoa que lidera um comportamento que atenda às expectativas de quem domina.

De acordo com Soares (2006), há discriminação e preconceitos em relação à mulher, principalmente se a mulher for negra. Em se tratando da questão do trabalho, refletimos que mulheres negras assumem cargos secundários mesmo com qualificação profissional. É comum as mulheres serem menos remuneradas em comparação aos homens mesmo exercendo funções iguais ou semelhantes às deles.

Sendo assim, conforme a autora, por mais que se tente dizer que a violência contra a mulher se trata de desvios psicológicos, a origem da violência doméstica é estrutural. Tal estrutura faz com que o homem aprenda a discriminar a mulher, numa influência que estabelece essa “superioridade”. Da mesma forma, se ensina à mulher para ter postura de submissão e de respeito para com o agressor.

Faz-se necessário distinguir a *violência de gênero* e *violência doméstica* apesar de ambas serem vinculadas. A diferenciação nos conceitos diz respeito ao seu âmbito de atuação, haja vista que a *violência doméstica*, da mesma forma de *violência familiar*, é aquela cuja prática se dá através de atos violentos dentro dos domicílios ou ambientes onde se constituam grupos familiares. Já a primeira é mais abrangente, a exemplo do que acontece nas relações de trabalho ou em qualquer atitude em que se identifique a subordinação do gênero o feminino ao masculino, ou seja, as espécies femininas seriam “controladas” pelas masculinas.

Para Saffioti (2001), a violência de gênero é proveniente de um exercício da função patriarcal do homem, levando ao entendimento de que, diante da

necessidade de garantir a obediência da sua vítima potencial, este tenderia a fazer uso da violência. Tal relação de poder, em se tratando da violência doméstica, teria fundamento na idéia de que o macho seria o provedor das necessidades materiais da família. Ainda, “nesse sentido, o próprio gênero acaba por se revelar numa camisa de força: o homem deve agredir, porque macho deve dominar a qualquer custo; e mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu “destino” assim determina” (SAFFIOTI, 1999. p88).

A autora refere que numa sociedade patriarcal acaba acontecendo a banalização da violência e sua aceitação. Essa tolerância se configura em algo que ela denomina como sendo uma “pedagogia da violência”. Dessa maneira, seria natural e normal a mulher ser maltratada pelo homem, assim como acontece noutras relações parentais quando os filhos são maltratados pelos seus pais e mães.

Chauí (1985) também reforça que a violência praticada contra a mulher se estabelece numa relação de poder e é mantida através do mando e da sujeição – processo de interiorização da parte que é dominada pelas vontades e atitudes de quem domina. Numa perspectiva mais antropológica, a autora faz uma análise de que as mulheres foram constituídas heteronomamente como sujeitos – submetidas e não autônomas. Aponta os aspectos das características biológicas da mulher como um dos fatores que levaram à naturalização de determinadas ideologias sobre a questão feminina. Como por exemplo, a de que seu lugar é o ambiente doméstico, além de que deve viver para o outro mediante sua função maternal.

No entanto, Chauí discorda da posição da mulher como “vítima”. Para a autora, assim como o homem, a mulher também se comporta de maneira violenta. Todavia, alerta que se ater a estes gestos agressivos por parte da mulher como reação ou reprodução de violência, de certa forma, se estimula a manutenção estrutural da violência em si. Por sua vez, Saffioti (2001) também comenta o fato de que a mulher agride seus companheiros, porém considera que isso seja algo mais remoto de acontecer.

No entanto, vale salientar que não são considerados apenas os homens como agressores de mulher, pois a Lei Maria da Penha (2006), em Parágrafo único do Capítulo I, prever a mulher como agressora de mulher, tendo em vista que a relação íntima de afeto independe de orientação sexual. Estaria aí uma

forma de desconstrução da ideia de que as relações de poder não acontecem entre o mesmo sexo. Muitas vezes, as mulheres são vistas apenas como as cuidadoras e incapazes de práticas de violência entre pares. E, nas questões das identidades homoafetivas entre mulheres, a Lei considera a possibilidade de uma das partes ser opressora da outra, protegendo apenas a mulher que estiver sofrendo a violência, especificamente.

Também, podemos destacar a inovação por parte de Maria Filomena Gregori (1993), ao analisar casos de violência contra a mulher numa perspectiva de romper com a consideração de que há uma passividade feminina no processo de violência doméstica. A autora indica que há certa parceria entre homens e mulheres ao ponto de desconstruir as visões de que são apenas oprimidas e opressores. Desse modo, a perversidade desse tipo de violência se dá pela atuação da mulher em se manter no lugar de vítima, numa posição que acaba por se construir como determinante do sofrimento corporal da violência.

Em se tratando da tipificação da violência doméstica contra a mulher, é comum conceber que o ato violento se resume à agressão física da pessoa, sendo desconsiderado que tanto a coação quanto às ameaças, xingamentos, destruição de pertences, entre outros, também são atos de violência. Conforme a Lei 11.340/2006, Art. 7º, são cinco os tipos de violência contra a mulher, aqui basicamente colocados: **física** - *ofende a integridade ou saúde corporal*; **psicológica** - *dano emocional, diminuição da autoestima, degradação ou controle das ações, do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação*; **sexual** - *constrangida a presenciar ou praticar relação sexual não desejada, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, entre outras*; **patrimonial** - *retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, documentos pessoais, entre outros*; **moral** - *qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria*.

De acordo com o Mapa da Violência, em caderno complementar 1: homicídios de mulheres no Brasil, Waiselfisz (2012) revela que

em 68,8% dos atendimentos a mulheres vítimas de violência, a agressão aconteceu na residência da vítima; em pouco menos da metade dos casos, o perpetrador é o parceiro ou ex-parceiro da mulher. No país, foi possível verificar que 42,5% do total de agressões contra a mulher enquadram-se nessa situação. (2012. P 26)

Estudo realizado no Brasil pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2013) investigou casos de óbitos da violência contra a mulher do período 2009-2011, concluindo que houve elevação no quantitativo de casos apesar de não se saber quanto destes são provenientes da violência doméstica, propriamente. Dos 16.994 assassinatos de mulheres desse período, 1.070 aconteceram em Pernambuco deixando o estado em quinto lugar nacional, dentro de uma média de 357 casos por ano.

Apesar de existir uma movimentação por parte o poder público para intervir nessa realidade, vale destacar que, nas áreas rurais o acesso às políticas públicas para mulheres é mais dificultoso e esbarra noutras questões como a forma de organização social em que as práticas coronelistas ainda se mantêm. Tais práticas desencadeia uma série de consequências para as mulheres, como por exemplo, a falta de uma estrutura para atendê-las, criando-se ambientes de favorecimento e manutenção cultura machista.

Desse modo, cabe dizer que a violência contra a mulher é uma questão política, cultural, policial, jurídica e de saúde (PERNAMBUCO, 2011. p 22). Diante disso, a Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres (2007) demanda o envolvimento dos diversos setores sociais, inclusive da Educação, para atuarem conjuntamente no enfrentamento do problema.

Educação Escolar e as problemáticas sociais

O Brasil avançou nas Políticas Públicas para as mulheres, mas ainda são recentes para uma avaliação mais precisa de seus impactos na sociedade. Este seria um dos motivos que indica a necessidade de algumas áreas passarem a se reconhecer como responsáveis pelo problema e compor efetivamente a Rede de Atendimento à Mulher, como por exemplos a saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outras. A própria Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres se refere à implementação de políticas amplas e articuladas, que

a ação seja conjunta, no sentido de propor ações que: desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência

contra as mulheres; interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira. (2007. p11)

Em se tratando de educação, no Anuário da Secretaria da Mulher de Pernambuco – Ano VIII (2014), constam Programas voltados para tal campo, tais como a Formação em Gênero no Ensino Formal; Apoio e Difusão de Pesquisas, entre outros. Alguns municípios já se organizam para que instituições de atendimento a mulher atuem junto à rede de ensino, a exemplo da capital pernambucana que executa o Projeto intitulado “Maria da Penha vai à Escola” que visa construir uma cultura de igualdade entre meninas e meninos (RECIFE, 2014).

Também, na III Conferência Estadual de Políticas para Mulheres, conforme seus ANAIS (2012 p178), foram construídas propostas com a participação social que contemplam a formação e qualificação dos(as) trabalhadores(as) da educação, não restritas aos docentes.

Diante disso, podemos considerar que o objetivo de tais movimentos do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada vai além do querer fazer cumprir as determinações legais, pois reconhecem a importância da educação para a superação de determinadas problemáticas sociais.

Consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDBEN 9.394/96, Art. 32º, que o Ensino Fundamental tem como objetivo a formação básica do cidadão. Destacamos alguns pontos, entre o primeiro e quarto incisos, onde diz que o aluno ao cursar o Ensino Fundamental deve ser desenvolvido na capacidade de compreensão do ambiente natural e social, formado nas atitudes e valores, fortalecido nos vínculos de família, nos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Já nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental nos anos iniciais, na Apresentação dos Temas Transversais *Ética*,

... o trabalho com questões sociais exige que os educadores estejam preparados para lidar com as ocorrências inesperadas do cotidiano. Existem situações escolares não programáveis, emergentes, às quais devem responder, e, para tanto, necessitam ter clareza e articular sua ação pontual ao que é sistematicamente desenvolvido com os alunos. (p.39)

De acordo com as Diretrizes para Formação de Professores para a Educação Básica em Nível Superior (2000), a formação docente

deverá se voltar para o desenvolvimento de competências que abrangem todas as dimensões da atuação profissional do professor... Pautar-se por princípios da ética democrática: dignidade humana, justiça, respeito mútuo, participação, responsabilidade, diálogo e solidariedade, atuando como profissionais e como cidadãos (BRASIL, p 48;49)

Sendo assim, a escola como organização existe para um fim: promover a formação humana. Na “ponta”, dentro das salas de aulas, estão os(as) professores(as) que cada vez mais precisam se esforçar para acompanhar o ritmo acelerado do desenvolvimento social.

Para atuar de acordo com o ritmo com que as mudanças sociais acontecem, o docente tem precisado se profissionalizar. Segundo Tardif & Lessard (2008), o trabalho docente se tornou mais complexo e especializado e lhe são cobrados conhecimentos e competências em vários campos:

cultura geral e conhecimentos disciplinares; psicopedagogia e didática; conhecimento dos alunos, de seus ambientes familiares e sociocultural; conhecimento das dificuldades de aprendizagem, do sistema escolar e de suas finalidades; conhecimento das diversas matérias do programa, das novas tecnologias da comunicação e da informática; habilidade na gestão de classe e nas relações humanas, etc.(p 09)

Ainda, para se trabalhar com crianças é preciso que o(a) professor(a) esteja atento(a) à difícil passagem da *heteronomia* para a *autonomia* (FREIRE, 2007), período em que o ser humano está em processo de apropriação das normas e estas fazem parte dos “*códigos de honra*” construídos em diversas partes da sociedade.

Appiah (2012), ao estudar como ocorrem as revoluções morais nas sociedades, a partir da análise dos códigos de honra, deixa claro que a luta para superar a violência contra a mulher continua e que ainda está distante de ocorrer uma revolução moral desse sentido, mediante as concepções de que ainda é possível se matar mulheres em diversas partes do mundo em nome de uma honra, da mesma forma que eram aceitos os duelos e a escravidão atlântica. Segundo o autor, “*a morte por questão de honra só findará quando for considerada uma desonra*”.

Portanto, diante da considerável nocividade que a violência doméstica contra a mulher representa para a formação humana, assim como para o desenvolvimento saudável da sociedade, considera-se inerente à prática docente um trabalho que contemple seu enfrentamento.

DADOS E ANÁLISES DA PESQUISA

Concepções docentes a cerca da violência doméstica contra a mulher

A tabela a seguir, sistematiza informações relevantes em relação às características de cada sujeito da pesquisa a fim de facilitar a associação dos relatos ao perfil de cada um.

| Prof. | Formação | Especialização | Mestrado | Tempo docente | Tempo na escola | Turma (ano) |
|-------------------------------|--|---|--------------------------------------|--------------------|-----------------|-------------|
| Júlia (49 anos) | Pedagogia (2000) | Novas Tecnologias 2002 | Não | 26 anos | 25 anos | 2º e 5º |
| Carlota (53 anos) | Direito (1992) Pedagogia (2002) | Psicopedagogia (2006) | Não | Quase 28 anos | 22 anos | 3º |
| Maristela (53 anos) | Pedagogia (2008) | Formação do Educador (2013) | Não | 18 anos | 06 anos | 3º |
| José (31 anos) | Licenciatura em Ciências Biológicas (2003) Administração (2008) | Gestão Escolar (2006) | Ciências da Educação (2010) | Mais de 12 anos | 06 meses | 4º |
| Cristina (49 anos) | Bacharelado (2003) Licenciatura em Ciências Sociais (2005) | Psicopedagogia (2007) Gestão em Educação (2011) | Não | 10 anos | 06 meses | 4º |

Tabela 1 - Informações dos sujeitos da pesquisa

Preferimos a organizar de acordo com a ordem da realização das entrevistas e podemos de imediato, abrir um parêntese para considerar a notoriedade das diferenças entre os participantes do gênero feminino e do masculino.

Como se constata, as pessoas entrevistadas são quatro mulheres e um homem. Suas formações acadêmicas são em diversas áreas de conhecimento tanto que três profissionais possuem duas graduações cada um; são todos pós-graduados e um concluiu Mestrado; três das professoras cursaram

Pedagogia. As idades dos professores variam entre 31 e 53 anos, numa média de 47. Quanto ao tempo de docência, atuam em média 20 anos, dentro de uma variação entre 10 a 28 anos de atividade, sendo que na escola pesquisada, dois estão apenas há 06 meses, um tem 06 anos de escola e outros dois mais de 20 anos. Das turmas que assumem não consta o primeiro ano. Vale dizer que a primeira professora entrevistada está temporariamente com a turma do segundo ano, mas costuma dar aulas para o quinto.

Percebe-se que as mulheres encontram-se dentro de uma faixa etária mais elevada e com nível de formação inferior à do homem, que apesar de ser mais jovem possui além de duas graduações, a especialização e o curso de mestrado. Observa-se que mesmo tendo um tempo maior de atuação no campo educacional, as graduações das professoras aconteceram em épocas bem próximas da do professor. No entanto, ele avançou na escolarização, enquanto elas se mantiveram ao nível de especialização.

Podemos refletir sobre o que estaria intrínseco às questões de gênero o fato das mulheres serem a maioria ao desenvolverem as atividades educacionais nos anos iniciais do Ensino Básico e de homens terem sua formação mais prolongada.

Dos cinco sujeitos da pesquisa, as quatro professoras iniciaram suas falas sobre a problemática da VDCM com frases generalizadas. Referiram-se à questão apresentada como *“um assunto polêmico, grave, muito sério e um ato de covardia”*. A Professora Carlota, por exemplo, diz que *“... a maioria dos pais que sofre essa violência... depois, faz de conta que não sofreu. Abafa ali mesmo. E só fica pra eles mesmo.”*

Quanto ao professor, iniciou a conversa ao dizer que os casos de VDCM são mais divulgados atualmente mediante a massificação das informações. Comentou que na atualidade a mulher tem mais voz ativa, diferentemente de antes que era receosa de falar. Segundo ele, agora a mulher pode contar com recursos a seu favor, a exemplo da criação de Delegacias Especializadas da Mulher – DEMUL. Referiu não acreditar que houve a diminuição ou elevação dos casos, que apenas estão mais verificáveis. Também comentou que a mulher é vulnerável à violência doméstica em diversas fases da vida, sendo seus primeiros agressores os pais e irmãos.

A professora Cristina também pensa na vulnerabilidade feminina em relação à violência doméstica. Para ela, mesmo que as mulheres sejam independentes financeiramente e participem mais significativamente da composição da renda familiar, são os homens quem geralmente lideram os lares, chegando a comparar a situação da mulher à da escravidão. Acredita que a VDCM é algo que dificilmente será extinto na sociedade e considera que algumas mulheres são responsáveis pela perpetuação do machismo ao educarem diferenciadamente os filhos das filhas, dando autoridade aos meninos sobre as meninas. Reflete que isso é fruto de um processo de cultura machista tendencioso a naturalizar a violência contra a mulher ao ponto dos meninos acharem normal o pai bater na mãe. Inclusive, cita a igreja como promotora da ideia de que a mulher deve “chegar depois”.

Na tentativa de refletir sobre o que se passa com a mulher em situação de violência doméstica, a professora Carlota apresentou questionamentos como pode ser observado a seguir:

“...também tem a questão da pessoa ter a coragem de denunciar. Tem isso também. Até não sei porque as que sofrem... Tem mulheres que se submetem, preferem ficar sofrendo, não é? Que denunciar o marido. Eu não sei qual é o motivo dela agir dessa forma. Ou é medo de perder o marido, ou ama demais. Eu não sei como é, o que é que passa pela cabeça dela em relação a isso.”

Já a professora Maristela avalia que a mulher teria responsabilidade pela permanente existência da VDCM, numa perspectiva de aceitação e de não reação às ocorrências, ou seja, pela sua passividade.

Pelo menos duas professoras colocaram a mulher, também, como agressoras. Uma delas chega a se referir à criação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) como sendo relevante para a garantia dos direitos da mulher, porém, considera que tal instrumento legislativo favorece ao comportamento agressivo feminino por deixar a mulher mais segura de investir violentamente contra o homem.

Diante da reflexão feita pela entrevistada, cabe dizer que há um desconhecimento sobre a Lei no sentido de que esta não protege todas as mulheres. Também, leva à compreensão de que o homem faria parte de um grupo que está tão vulnerável de sofre violência doméstica quanto a mulher, sendo necessário algum tipo de proteção para o gênero masculino.

Quanto às possíveis causas da VDCM, as professoras Carlota e Maristela citam o uso do álcool e outras drogas como um dos elementos desencadeadores da violência. Sendo que, a primeira professora também aponta o conflito familiar por conta de questões financeiras como outra situação causadora desta prática contra a mulher.

Enquanto a professora Júlia, numa outra perspectiva, diz que “a agressividade já vem da infância e quem agride acha “normal” isso... que cada um tem um gênio...”, ainda, sugerindo atendimento psicológico para os agressores.

No entanto, o professor José refere que a pessoa quando não recebe uma orientação tende a ter um comportamento não plausível. Também, relaciona a formação às questões psicológicas quando afirma que nos estudos dos casos de VDCM, geralmente os agressores tem algum tipo de “problema”. Mesmo se referindo à mente humana como sendo capaz de tudo, fica claro que está falando de natureza comportamental. Tratando-se assim de uma questão educacional, como se observa nas palavras do educador:

“... a pessoa que exerce esse tipo de violência, não foi direcionada. Porque é o que a gente vê. A gente que trabalha com as crianças nas escolas, a gente vê que, muitas vezes, os próprios alunos - de criança, eles não tem discernimento, não tem a orientação do que fazer, de como agir. E a melhor forma que eles acham é a violência. Né? Eles não partem para o diálogo. Não parte pra refletir sobre o assunto. Vai diretamente na violência...”

Em se tratando da possibilidade de haver casos VDCM envolvendo familiares de alunos e alunas, a professora Carlota afirma não existir nenhuma ocorrência na sua turma, naquele momento. Mas, já lidou com a situação anteriormente. Dá exemplos de como costuma identificar possíveis situações na escola: a partir dos relatos espontâneos das crianças; ao proporcionar rodas de conversas onde podem acontecer desabafos; quando observa os desenhos produzidos pela turma; por ficar atenta para alguns comportamentos como de inquietude, pouca interação e comunicação ou, bem especificamente, quando as crianças passam a ser violentas na ambiente escolar. Para a educadora, tais fatores associados revelam muitas vezes que a criança tem presenciado a mãe ser agredida em casa.

Os demais profissionais se utilizam de práticas semelhantes para identificarem casos de VDCM nas suas turmas. Mas, a professora Júlia acrescenta um olhar mais atento para questões relacionadas à precocidade da sexualidade das crianças que, de acordo com a profissional, esse também seria um indicador de que algo se passa no ambiente doméstico. Ela ressalta que as crianças costumam se envergonhar quando a mãe está sofrendo violência doméstica.

De acordo com o relato da professora Cristina, ela tomou conhecimento de um dos casos quando a mãe procurou saber como estava o desenvolvimento do filho na escola, revelando sua separação do pai da criança porque sofria espancamento enquanto casada. A professora relata que o menino estava faltando muito e, no horário escolar, se acompanhava de pessoas com baixa reputação social na região. Portanto, passou a se comunicar mais com a mãe que passava por num momento de dificuldade, pois precisava trabalhar e não estava em condições de cuidar melhor do filho.

Outra forma de identificar possíveis casos de DVCM na escola surgiu no depoimento do professor José. Iniciou falando que, geralmente, quando convida os familiares para tratar do acompanhamento do desenvolvimento das crianças, são as mães que atendem por estarem mais disponíveis do que os pais. E, percebeu possíveis focos de VDCM durante os encontros com os casais, chegando a mediar situações de conflitos, justamente no momento em que estavam conversando sobre o baixo rendimento da criança na escola. Também expôs que a criança aparentava ter vergonha de seus pais comparecerem à escola, conforme sua fala abaixo:

... a criança tem vergonha de trazer os pais na escola e a gente não sabe porquê é...A gente percebe pela maneira de tratar quando vem os dois na escola. Eu tenho vários casos assim, a maneira do...homem tratar a mulher... Na maneira de falar com a mãe da criança aqui na escola. E muitas vezes a gente tem que intervir. Porque, se não, gera toda uma discussão naquele momento enquanto a gente iria falar da criança... E a gente já vê que o pai começa a se exaltar e a mãe já fica mais envergonhada. Pelo menos, uns dois ou três casos desses, eu já vi aqui... E a gente denota isso. É a maneira que a gente tem de olhar. Então, eu acho que a gente deve olhar um pouquinho mais pra aquilo ali e ver que, ali pode ter sim um... pode ser um foco de violência contra a mulher. E a gente vê que a mulher... ela se retrai... pra que o filho não sinta vergonha... Pelo menos uns dois alunos que eu tenho, eles são assim. Para que o filho não tenha vergonha dos pais, porque os pais estão discutindo na frente, os pais se exaltando...

Em relação à tipificação da VDCM, todos os cinco entrevistados citaram, de alguma forma, a violência física e a moral. Não chegaram necessariamente a defini-las, mas apresentaram exemplos de características que as contemplaram. Falaram do bater e do tratar mal como atos de desrespeito para com a mulher. Em relação à violência psicológica, quatro profissionais também as definiram ao dizerem da maneira como a mulher se posiciona diante do agressor que a oprime, mingando sua auto-estima e autonomia. No mais, não conseguiram deixar evidente o conhecimento sobre as violências sexual e patrimonial. Apenas a professora Júlia mencionou a violência sexual, numa perspectiva de violência física, não deixando evidente que sabia exatamente o que define esse tipo de violência contra a mulher. Da mesma forma, a professora Carlota deu exemplo de um tipo de violência que poderia fazer alusão à violência patrimonial, algo relacionado ao uso inadequado dos recursos financeiros da família por parte do pai, sem que ficasse evidente a tipificação como patrimonial.

Durante as entrevistas, sem que perguntado, algumas professoras trouxeram suas experiências pessoais para ilustrar suas ideias sobre o problema em questão, a exemplo da professora Maristela que se posiciona enfaticamente ao falar do “ato de covardia” contra a mulher. Ela coloca que nas suas relações sociais já é sabido, por todos e todas, que não admite nenhuma prática depreciativa da mulher. Refere que seu companheiro à vezes a denomina como “delegada” mediante seu policiamento constante que a faz reagir a qualquer ocorrência, mesmo que mínima, que denote algum tipo de violência contra a mulher.

Da mesma forma, a professora Carlota deu exemplo de ordem particular ao dizer que no âmbito de seu lar, ou de familiares, a VDCM é algo distante e isso tem se perpetuado entre as gerações. Pois, seus parentes mais jovens não demonstram potencialidades para se tornarem agressores ou agredidas domesticamente.

Diferentemente de ambas, as experiências trazidas pelo professor José são de atividades profissionais extra-escolares, através de trabalho realizado para a Prefeitura do Recife, junto à Secretaria de Saúde. Tais atividades abrangem a questão da saúde da mulher em unidade de atendimento às

peças que são dependentes de substâncias psicoativas, no caso, CAPSAD - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas. O professor costuma fazer esquetes⁵ teatrais nas grandes festas como Carnaval, São João, Natal, entre outras. Um dos objetivos das ações é de enfrentar diversos tipos de violência. Segundo o profissional, a violência contra a mulher é uma das prioridades dos eventos socioeducativos. Desse modo, aproveita a metodologia teatral para trabalhar o tema na sala de aula com as crianças.

As causas da violência doméstica contra a mulher

Quanto às possíveis causas da violência doméstica contra a mulher, todas as professoras e o professor consideraram o fenômeno como sendo um resultado do processo educativo, no sentido de que a construção de valores desfavoráveis para a formação cidadã compromete o comportamento humano na sociedade. No entanto, esta educação seria num aspecto mais abrangente aos diversos espaços de socialização dos indivíduos, dentro dos lares e fora dele, na construção de hábitos de diálogos, de respeito e cuidado com o outro, não necessariamente no convívio escolar.

Apesar de uma das professoras ter associado violência a algo que está na “natureza” dos indivíduos, os demais entrevistados consideraram outra explicação para a perpetuação do fenômeno em questão. Para eles, se trata da herança de uma cultura machista, estruturada na organização patriarcal das famílias. Conforme pode ser ratificado nas palavras da professora Maristela,

“... a família, desde os primórdios, ela já era patriarcal. Então, na cabeça dos homens o certo é ele. O mandão é ele, ainda, apesar da gente ter tanta luta e provado pra eles que somos tão capazes quanto eles. Mas, é a antiga ideia de que o homem é que manda”.

Debruçando-nos um pouco mais sobre o material coletado, percebemos que há o reconhecimento da vulnerabilidade da mulher, em relação à violência doméstica, nas diversas fases da vida. Sendo assim, tais ideias comungam com o pensamento sobre o exercício da “função patriarcal do homem”, de acordo com as teorias que revelam a submissão feminina ao masculino, se constituindo assim numa relação de poder.

⁵ Peça teatral de curta duração

Os sujeitos também entendem que as dificuldades de superação do problema se dão por conta da forma como este fenômeno foi se constituindo histórica e culturalmente, inclusive, perpetuando-se na educação recebida e passada pelas mulheres.

Diante das inquietações de uma das entrevistadas, na tentativa de compreender o porquê da mulher se manter na situação de violência quando se tem alternativas para sair dela, podemos dizer que isso indicou alguma limitação na compreensão da questão por parte da professora, mas se revelou numa reflexão, um voltar-se para o problema que a mulher sofre dentro do lar. Recorremos, portanto, ao que se discute sobre gênero quando comparado a uma camisa de força que submete a mulher ao homem na sociedade.

Em relação ao uso de substâncias psicoativas por parte do agressor, como possível explicação para a ocorrência da violência, podemos entender que esse pensamento leva para a supressão da responsabilidade do agente agressor enquanto ser consciente das consequências de seus atos, caminhando para uma aceitação ou tolerância.

Vale dizer que, em algum momento o conceito de VDCM foi confundido com de violência doméstica contra a criança. Pois, num dos exemplos dados por uma das professoras, a menina sofria violência física por parte da mãe. Haja vista, a mulher só se configura como agressora de mulher na relação homoafetiva. Mesmo assim, ficou evidente no relato da professora que havia um histórico de VDCM na residência da criança, pois houve a tentativa por parte da mulher de justificar o fato revelando que era em decorrência da violência que ela sofria por parte de seu companheiro.

A participação da mulher no processo da violência doméstica apareceu de duas formas que se relacionam entre si, pois dizem respeito à reação e à passividade diante das investidas violentas.

Uma, se refere à questão da mulher ter o dever de denunciar, enquanto a outra se trará do fato da mulher exercer comportamento violento contra os homens e seus filhos e filhas. Pensar na justificativa da reação violenta ou “reprodução” da violência por parte da mulher seria algo não efetivo para a superação do problema e contribuiria para a manutenção do padrão estrutural da imposição da força para conseguir do outro o que se quer.

Ressaltamos que a análise revelou limitações nas concepções docentes sobre a VDCM, algo que pode ser identificado pelo que diz a entrevistada Cristina: *“Tem violência que a gente nem sabe. A violência sutil que a gente nem sabe que tá acontecendo ali dentro da casa.”*

Relação entre violência doméstica contra a mulher e educação escolar.

Dando continuidade à análise dos dados, avaliamos que para a identificação dos casos de VDCM envolvendo os familiares dos alunos e alunas, os educadores mobilizam saberes diversos sobre o assunto. Da mesma forma, ao atuarem diante dos casos identificados, seja enquanto conversam com a família ou durante as aulas. Assim passam a refletir sobre a relação entre o fenômeno em questão e a educação escolar.

Quatro dos entrevistados, de forma espontânea, disseram das conseqüências que esse tipo de violência traz para a escola, citando as mais recorrentes como as que interferem diretamente no processo de ensino e aprendizagem dos alunos e aluna, como por exemplo, mudanças de comportamentos durante as vivências relacionadas aos problemas familiares ou por questões das faltas e solicitações de transferências quando há separação dos pais. Sendo assim, um prejuízo para a educação escolar mediante o atrapalho no rendimento educacional das crianças.

Também, é possível perceber a relação que fazem entre o fenômeno social da VDCM e educação escolar quando comentam de suas atuações dentro da sala de aula e na escola. Uma das professoras não chega a mencionar qualquer uma das conseqüências anteriormente citadas. Mas, afirma que em sua turma as relações de gênero são bem tranquilas. Pois, além de propor atividades que façam as crianças debaterem a temática na sala de aula e construírem uma relação de respeito mútuo, busca orientar as meninas para não aceitarem qualquer tipo de violência. Segundo suas próprias palavras:

“Deixo não. De jeito nenhum. Eu fico dizendo a elas: Não apanhe. Se o menino der em você lá fora venha me dizer. Aja! faça qualquer coisa, mas não fique calada apanhando, não. - Eu sou revoltada com isso.”(Profa. Maristela)

Diante disso, compreendemos que o posicionamento político da profissional é contrário à prática da violência doméstica contra a mulher. No entanto, ao dizer como orienta suas alunas, indica que há algum tipo de relação conflituosa entre meninos e meninas de sua turma. Tanto que, a educadora menciona as intervenções no sentido de que acontecem problemas fora dos muros da escola, além das alunas serem de alguma forma agredidas e se calarem diante das investidas violentas por parte dos meninos.

A mesma refere que a escola pode trabalhar para mudar ideias machistas, revelando que o processo educacional pode interferir na problemática social.

Para todos os professores a escola pode fazer algo para superar essa problemática social. Uma das professoras fala que a temática deveria ser incluída no currículo escolar; outra acredita que a escola deve promover palestras informativas e ter psicólogas para atuar junto às crianças. No entanto, destacamos a fala do professor José quando se refere ao papel da escola no enfrentamento da problemática

“O papel da escola é formar. Eu tiro, eu onero o papel da escola, hoje, de educar porquê... com o passar dos anos a educação foi se tornando, eh... muito prioridade da escola e pouco prioridade da família. Então, eu vejo a escola enquanto “violência contra a mulher” como formação do cidadão. Da concepção dele - de enquanto criança, pelo menos a gente trabalha com criança, a formação da concepção dele de cidadão enquanto adulto.”

Apesar de uma das professoras se fazer categórica ao dizer que a escola não é o lugar que as mulheres agredidas procuram, refere que o papel da escola diante dos fatos seria de amenizar a situação, de contribuir e ajudar.

Em geral, nas falas dos sujeitos, a escola deve agir para superação do problema social aqui discutido, trabalhando a afetividade da família; oferecendo palestras; contratando profissional de psicologia para “amenizar” a agressividade das crianças; levar conhecimento e informação; construir valores sociais; dirimir conflitos nos lares; incluir a temática da VDCM no currículo escolar; desconstruir culturas machistas formando as crianças para a igualdade de gênero e para a cidadania, entre outras.

Para a professora Cristina, através da educação escolar pode acontecer a mudança cultural - quem estuda tem uma relação diferente com a violência, quem não estuda aceita. Esta mesma profissional reconhece a relevância da

formação docente a Nível Superior, pois contribui para a desconstrução do machismo. Pela própria experiência, teria aprendido sobre a igualdade de gênero durante sua formação acadêmica, por exemplo, sobre as relações de trabalho entre homens e mulheres. Cita que algumas atividades escolares já contemplam a questão da VDCM através da execução de projetos pelos professores, nas reuniões de “Pais e Mestres” e nos diversos materiais como os livros.

Diante disso, percebe-se que há as confusões por parte dos professores sobre o papel da escola e sua responsabilidade social. Tanto que num tom de lamentação, a professora Júlia diz que, “...a escola já tem tanto a contribuir... é violência, é doença, é tudo. A escola é um todo.”

Em relação ao papel do professor, uma das professoras considera que não é de sua responsabilidade a resolução do problema. No entanto, descreve como este deve atuar para identificar os casos e diante da constatação dos mesmos. Mas, a maioria dos entrevistados considerou a relevância da atuação do professor para lidar com o problema instalado, mesmo que um deles tenha se colocado como um profissional a serviço da instituição escolar.

Considera-se então, a importância do professor atuar como profissional e cidadão, de acordo com o ritmo com que as mudanças sociais acontecem, atendo ao que se passa com os alunos em seus ambientes familiares e sociocultural, num período em que as crianças estão em fase de transição *heteronômica* para a autônoma, se constituindo cidadão e desenvolvendo valores morais e éticos.

Por fim, destacamos a compreensão por parte dos docentes em relação ao Poder Público, enquanto criador de instrumentos que atendam às famílias, elaboração de Leis, além de, através da Secretaria de Educação, executar projetos e realizar palestras nas escolas. Desse modo, a escola aparece como sendo um instrumento do estado e o professor como um executor da função da escola.

Os professores também reconhecem que o problema da VDCM é de toda a sociedade, citam a família, os Governos, a Escola, a própria mulher e o professor, como agentes capazes de trabalhar em prol da resolução do problema aqui tratado.

Considerações Finais

O estudo possibilitou concluir que as concepções dos(as) professores(as) dos anos iniciais do Ensino Fundamental a respeito da violência doméstica contra a mulher estão dentro de um patamar que os possibilitam compreender esse fenômeno social como algo proveniente de um construto histórico e cultural, perpetuando-se nas bases machistas, em desfavor da mulher.

Verificou-se a capacidade dos profissionais de estabelecer relação entre a problemática social e educação escolar ao ponto de referirem que esse tipo de violência doméstica interfere no desempenho escolar das crianças, compromete o processo de formação e prejudica a constituição do indivíduo cidadão. Além disso, entendem que a escola, enquanto instrumento de formação, pode contribuir para a desconstrução de ideias que alimentam tais práticas violentas contra a mulher a partir da atuação em prol da igualdade de gênero e construção de valores que promovam a prática respeitosa entre as pessoas.

A pesquisa permitiu avaliar que, apesar de alguma dificuldade para conceituar violência doméstica contra a mulher e dizer quais seriam as suas causas, os profissionais demonstraram ter conhecimentos construídos de forma empírica e formativa e os mobilizam para atuar como docentes. No entanto, verificou-se que alguns sujeitos são mais superficiais para tratarem sobre o assunto e se embasam no senso comum para discuti-lo.

Apesar de se colocarem inicialmente com fundamentações extraídas do senso comum, revelaram saber da nocividade da VDCM para a sociedade e que se trata de algo difícil de ser revelado mediante os casos serem silenciados e só aparecem associados às suas consequências. Apenas um dos sujeitos entrevistados demonstrou estar bem informado sobre o problema, trazendo conhecimento sobre os atuais movimentos da sociedade que dão maior visibilidade aos casos VDCM e sobre o fato da mulher poder contar com instrumentos que a fortalece para fazer denúncias.

Tais pensamentos comungam com o averiguado em estudos realizados no campo acadêmico sobre a problemática aqui discutida. Pois, as investidas violentas contra a mulher dentro dos espaços domésticos partem,

principalmente, das pessoas mais íntimas, como companheiros e companheiras, pais e irmãos. Portanto, o silêncio, a tentativa de manter em segredo e a omissão se dariam mediante a especificidade que envolve a “privacidade” do lar, oculta aos olhares públicos.

Portanto, mesmo diante de algumas limitações acima citadas os educadores se percebem responsáveis, também, para a superação do problema e se posicionam politicamente contrários a todas as formas de violência contra a mulher. Continua aberto o campo de investigação sobre a relação entre concepções sobre violência doméstica contra a mulher e prática docente.

Referências

APPIAH, Kwame Anthony. *O código de honra: como ocorrem as revoluções morais* / tradução Denise Bottmann – 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BARDIN, Laurence. *A análise do conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

_____. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. *Lei Maria da Penha*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Proposta de Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior*. Brasília, DF, maio, 2000.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ética*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Presidência da República. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília: secretaria de políticas para as Mulheres, Brasília, DF, 2007.

BAUDELOT, Christian. *As qualificações aumentam, mas a desigualdade torna-se ainda maior*. Pro-Posições, v. 15, n. 2 (44) maio/ago. 2004

CAVALCANTI, Stela Valéria S. F. *Violência Doméstica: análise da lei “Maria da Penha”, nº 11.340/06*. Salvador, BA: Edições PODIVM, 2007.

CAMPOS. Carmen Hein de. *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. (Org.). Rio de Janeiro. Editora Lumen Juris: 2011.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 13ª Ed. São Paulo. Ática: 2004.

_____. *Participando do debate sobre mulher e violência*. In: CHAUÍ, M.; CARDOSO, R.; PAOLI, M. C. (Org.). *Perspectivas antropológicas da mulher: sobre mulher e violência*. (v. 4, p. 25-62) Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

DEMO, Pedro. *Pesquisa e construção de conhecimento metodologia científica no caminho de Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 35ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*, São Paulo, Paz e Terra/ANPOCS. 1993.

_____. *Cenas e queixas Mulheres e relações violentas*. Novos Estudos. São Paulo. Cebrap/Vitae n. 23, pp 163-175 1989.

IPEA. Ipea revela dados inéditos sobre violência contra a mulher. 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19873. Acesso em 19/07/2014.

JABOATÃO DOS GUARARAPES. *Centro Maristela Just: há três anos atuando em defesa das mulheres*. Disponível em: <http://www.jaboatao.pe.gov.br/jaboatao/secretarias/secretaria-municipal-de-politicas-sociais-integradas/2013/09/11/NWS,415994,52,556,JABOATAO,2132-CENTRO-MARISTELA-JUST-TRES-ANOS-ATUANDO-DEFESA-MULHERES.aspx> . Acesso em 15 de janeiro de 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis* . 2.ed. - São Paulo: Atlas, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

ORIÁ, Rirardo. *Mulher no Parlamento Brasileiro Carlota Pereira de Queirós*. Disponível em: file:///C:/Users/vinicius/Downloads/Perfil%20de%20Carlota%20Pereira%20de%20Queiros%20-%20Revista%20Plenarium.pdf. Acesso em 24/01/2015.

PERNAMBUCO. Secretaria da Mulher. *Das lutas à lei: uma contribuição das mulheres à erradicação da violência* / Secretaria da Mulher. Org. Cristina Maria Buarque e Marlene Limbardoni. Recife: A Secretaria. 2011.

_____. República, *120 anos no Brasil Uma leitura das mulheres*. Org. Cristina Maria Buarque e Sofia Wright. Recife: A Secretaria. 2011

_____. *Anuário da Secretaria da Mulher*. Recife: A Secretaria. 2014

_____. Secretaria de Defesa Social. *Estatística da Criminalidade Violenta em Pernambuco*. 2013. Disponível em: http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=4558881&folderId=4558782&name=DLFE-44586.pdf. Acesso em 12/02/2015.

_____. Secretaria de Defesa Social. *SDS assina termo de cooperação técnica com secretaria da mulher*. 2013. Disponível em http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/web/sds/exibir_noticia?groupId=124015&articleId=2561803&templateId=176917#.U9L4c_lidXtk. Acesso em 24/07/2014.

RECIFE. Secretaria da Mulher. *Escolas da rede municipal participarão do Maria da Penha vai à Escola*. 2014. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/escolas-da-rede-municipal-participarao-do-maria-da-penha-vai-a-escola/>. 20/07/2014

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. Campinas. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332001000100007&script=sci_arttext. Acesso em: 22 de janeiro de 2015

_____. *Já se mete a colher em briga de marido e mulher*, São Paulo em Perspectiva, Revista da Fundação SEADE, São Paulo, 1999.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação e Realidade*, v. 20, n.2, p.71-99. Porto Alegre, 1995.

SOARES, Bárbara M. *A violência doméstica e as pesquisas de vitimização*. Documento apresentado para discussão II Encontro Nacional de Produtores e

Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. Rio de Janeiro, 21 a 25 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/confest_e_confege/pesquisa_trabalhos/arquivosPDF/M705_01.pdf. Acesso em: 19/02/2015.

TARDIF, Maurice LESSARD, Claude. (orgs) *O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais*. Tradução Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VAINSENER. Semira Adler. *Cristina Tavares*. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=550:cristina-tavares-&catid=38:letra-c&Itemid=182. Acesso em 24/01/2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo, Instituto Sangari, 2011.

SARAIVA, Jeíza das Chagas e RODRIGUES, Ana Claudia. *A violência contra as mulheres no estado de Pernambuco: retrato de uma realidade*. Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Recife, 23 a 26 de agosto de 2010.